

Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti

advogado, professor de direito civil da UFPE, Mestre em
direito pela UFPE e Procurador do Estado de Pernambuco

TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

2007

Academia
Brasileira de Direito

MP
EDITORA

© Flávio de Queiroz Bezerra Cavalcanti, 2007

Revisão Denis Marcello
Ilustração da capa Templo de Hazrat Khwaja, Nova Délhi, Índia
Capa Deborah Mattos
Edição Pedro Barros
Diretor responsável Marcelo Magalhães Peixoto

C365t

Cavalcanti, Flávio de Queiroz B.
Títulos de capitalização / Flávio de Queiroz
Bezerra Cavalcanti. - São Paulo : MP Ed., 2007.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-98848-50-1

1. Títulos (Finanças). 2. Investimentos. I. Título.

07-0877.

CDU: 34:336.763.42

Todos os direitos desta edição reservados a

MP Editora
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 613, 10º andar
São Paulo-SP 01317-001
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	11
1.1. Histórico	11
1.2. Significado econômico	13
CAPÍTULO 2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO 3. NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS	19
3.1. A capitalização como contrato	19
3.2. Contrato próprio	20
3.3. Contrato de adesão	24
3.4. Contrato de consumo	28
3.5. Contrato regulado	30
3.6. Contrato oneroso	32
3.7. Contrato formal	40
3.8. Empresarialidade	43
CAPÍTULO 4. O SUBSCRITOR DO CONTRATO DE CAPITALIZAÇÃO	45
4.1. Aderente	45
4.2. Estipulação em favor de terceiros	47
4.3. Cumprimento de deveres contratuais por outrem	47
4.4. Cessão de posição contratual	48
4.5. Transferências involuntárias de posição contratual	50
CAPÍTULO 5. DA EMPRESA DE CAPITALIZAÇÃO	51
5.1. O princípio da livre-iniciativa	54
5.2. Fundamentos para um regime próprio	62
5.3. A atividade de capitalização e a Lei nº 9.613/98	63
5.4. Fiscalização da atividade de capitalização	64
5.5. Sujeição das empresas de capitalização à liquidação	66

CAPÍTULO 6. INTERMEDIÁRIOS	69
6.1. Intermediários integrantes do mesmo grupo econômico	74
6.2. Corretores oficiais de capitalização	76
6.3. A atuação do corretor de capitalização	78
CAPÍTULO 7. DO TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO	81
7.1. O título de capitalização não é título de crédito	82
7.2. O título de capitalização como prova do contrato	84
CAPÍTULO 8. DEVERES DO ADERENTE	87
8.1. Inadimplemento pelo subscritor	88
8.2. Cláusulas penais	89
8.3. Prazos de carência e cláusula de postergação de resgate	92
CAPÍTULO 9. DEVERES DA EMPRESA DE CAPITALIZAÇÃO	95
9.1. Deveres pré-contratuais	95
9.2. Deveres contratuais gerais	102
9.3. Deveres contratuais decorrentes do aspecto aleatório	105
9.4. Deveres contratuais decorrentes dos aspectos comutativos	107
9.5. Deveres impostos por normas públicas	110
CAPÍTULO 10. EXTINÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	113
10.1. Extinção contratual	113
10.2. Prorrogação contratual	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

Dedico este trabalho aos irmãos e irmãs de sangue, e aos irmãos e irmãs de jornadas.

AGRADECIMENTOS

Todos os agradecimentos são incompletos e insuficientes. Aqui vão alguns, para menos pessoas do que as que merecem, dizendo menos do que devia para as que estão lembradas:

A Mara Jane e Carlos Rogério, brilhantes advogados, por terem despertado minha atenção para o tema e pelas férteis discussões sobre o mesmo.

A Tânia Vainsencher, Ricardo Varejão e Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, pelas modificações e correções sugeridas, aprimorando os conceitos e trazendo precisão (os erros que persistem são de minha insistência).

A Emilia Belo, pela ajuda permanente e melhoras constantes.

Aos integrantes da Queiroz Cavalcanti Advocacia, não apenas pelo tempo que me liberaram, mas, especialmente, pela competência e dedicação com as quais exercem a advocacia, estímulo constante ao aprimoramento pessoal e profissional.

INTRODUÇÃO

Algumas razões explicam a escolha do tema deste trabalho.

Em primeiro lugar, a grande quantidade de contratos dessa espécie em curso, em nosso país, tendo sido aprovados, a partir do ano 2000, lançamentos de milhões de títulos de capitalização. Este número, mais do que expressivo, materializa-se velozmente em virtude da celebração diuturna de novos contratos. Há, assim, o interesse de milhões de pessoas envolvidas nessas relações, consumidoras deste produto financeiro, muitas vezes adquirido sem sequer ser compreendido em sua inteireza.

De forma paralela e óbvia, a capitalização, pela dimensão alcançada, revela-se de grande importância econômica, movimentando uma gigantesca massa de recursos em contribuições, sorteios e reservas.

Acrescenta-se a isso a grande litigiosidade em torno deste contrato. Extremamente freqüentes são as demandas judiciais, potencializadas pelos Juizados Especiais, e as reclamações perante os órgãos de defesa do consumidor.

Os mais diversos fatores contribuem para isso. Passando por muitas outras causas, a belicosidade nasce desde a frustração pelo não sonhado enriquecimento, por parte do aderente, até o descumprimento do dever de informar corretamente a dinâmica contratual, quando da celebração do negócio, por parte da empresa de capitalização ou seus agentes.

Trabalho jurídico focado sobre esta espécie de contrato afigura-se como uma útil ferramenta.

Por fim, se não bastassem as razões citadas, completa-se a decisão de elaborar este trabalho com uma motivação que nos parece definitiva: a ausência de estudos jurídicos sobre capitalização em nossa bibliografia. Estranha-se que contrato dessa importância e com imensa repercussão social e econômica não tenha merecido aprofundados questionamentos, estando limitado, quando a tanto chega, a breves menções no bojo de manuais. Ausentes obras dirigidas ao tema, buscamos com este trabalho chamar a atenção para o assunto, através da oferta de nossas opiniões, iniciando, quiçá, um debate que contribua para o crescimento da figura contratual e, concomitantemente, para a segurança jurídica daqueles que

participam desta operação: consumidores, empresas de capitalização e até mesmo intermediários.

Atendido este objetivo, estará satisfeita e recompensada a tarefa de lançar linhas em terreno inexplorado, com os riscos e as dificuldades de enfrentar matéria não desbravada, quando os enganos sutilmente escondem-se atrás das certezas aparentes.

Fixado este escopo e considerando a ausência de trabalhos específicos acerca do tema, este se inicia por uma introdução na qual se faz uma rápida passagem pelo surgimento desse contrato e sua estrutura técnica para, em seguida, adentrar os aspectos estritamente jurídicos. Já nesta seara, buscamos efetuar o enquadramento jurídico do contrato de capitalização, seguindo pela análise dos partícipes da relação contratual, com forte ênfase na atividade da empresa de capitalização e seu regime, inclusive quanto à submissão à fiscalização. Buscando seguir um percurso lógico, procedemos à dissecação do título de capitalização. Focada esta peculiaridade contratual, examinamos as obrigações das partes e, assim, as principais cláusulas contratuais e a sua validade. Não deixamos de considerar os aspectos pré-contratuais, com realce aos deveres de informação para contratar. Por último, conforme a ordem natural das coisas, chegamos às situações de extinção do contrato.

Esperamos que o presente trabalho seja útil para os que lidam com esta espécie contratual, ou que pela mesma se interessam. Com analogia ao contrato examinado, sentiremo-nos contemplados.